

BOAS PRÁTICAS

Mapeamento do plágio

O físico norte-americano Paul Ginsparg imaginava haver casos de plágio no arXiv, repositório criado por ele em 1991 no qual físicos, matemáticos e biólogos divulgam dados de suas pesquisas, submetendo-os à análise de colegas antes que sejam publicados. Para verificar a extensão do problema, ele e o pesquisador Daniel Citron, ambos da Universidade Cornell, Estados Unidos, analisaram 757 mil manuscritos indexados ao portal entre 1991 e 2012 por meio de um *software* que identifica a repetição de trechos em mais de um texto sem dar o devido crédito ao autor original. As conclusões do trabalho, publicadas em dezembro na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences*, mostram que a reutilização de textos é mais comum do que Ginsparg considerava.

Segundo o levantamento, um em cada 16 autores do arXiv já praticou o autoplágio, que é a repetição de trechos presentes em manuscritos antigos de um pesquisador em novos trabalhos de sua autoria. O levantamento ainda mostra que um entre cada mil autores já copiou o equivalente a pelo menos um parágrafo de texto assinado por outras pessoas, sem citá-las. Também foi possível verificar que a incidência de casos de plágio varia geograficamente.

Em parceria com a revista *Science*, Ginsparg e Citron mapearam 57 países cujos pesquisadores têm contribuição destacada para o arXiv. Japão, Estados Unidos e Alemanha, que figuram entre os que mais compartilham trabalhos no repositório, tendem a plagiar com relativamente pouca frequência. O índice de autores com alta probabilidade de terem plagiado

foi de 5,6%, 4,7% e 3,2%, respectivamente.

Os índices mais altos foram observados em nações como Índia (25,2%), Irã (15,5%) e China (10,7%), que estão bem acima da média global, que é de 3,2%. No Brasil, 8% dos autores que submeteram manuscritos ao arXiv no período analisado enfrentam forte suspeita de terem cometido plágio. No artigo, os autores da pesquisa atribuem tais práticas a “diferenças em infraestrutura e orientação ou incentivos que enfatizam a quantidade de publicações em vez da qualidade”. Os resultados do estudo indicam, ainda, que autores que copiam textos alheios costumam ser pouco citados. Para Rogério Meneghini, coordenador científico da biblioteca virtual SciELO Brasil, a pressão sobre os pesquisadores para publicar



DANIEL BUENO

cada vez mais pode criar condições que favoreçam casos de má conduta. “Essa pressão é forte em países como China e Irã, cujos pesquisadores procuram revistas de outros lugares, inclusive o Brasil, para escoarem essa produção crescente”, diz Meneghini.

Pouca transparência

Um estudo conduzido pelo Escritório de Integridade Científica britânico (Ukrio, na sigla em inglês) mostrou que poucas universidades no Reino Unido publicam relatórios das investigações que realizam sobre casos de má conduta científica, embora devessem divulgar tais informações anualmente. Desde 2013, a Universities UK, órgão que reúne instituições de ensino superior e pesquisa britânicas, determina que as universidades sigam um guia de boas práticas científicas que estabelece transparência nas investigações, com a divulgação pública de seus resultados.

Mas não é o que acontece. Das 27 universidades ligadas ao escritório que participaram da pesquisa, apenas um terço divulgou relatórios nos

quais expõem conclusões e medidas tomadas em relação a infrações cometidas por pesquisadores entre 2013 e 2014. O estudo escolheu aleatoriamente outras 44 instituições não vinculadas ao Ukrio. Observou que somente três (7%) publicaram documentos desse tipo. No total, foram contabilizados apenas 12 relatórios gerados a partir de 21 inquéritos, dos quais em 4 se confirmaram as alegações de má conduta. Para a autora da pesquisa, Elizabeth Wager, as universidades temem que a exposição de casos ao público prejudique a sua reputação. “Investigações conduzidas corretamente devem ser vistas como motivo de orgulho, não como algo que possa envergonhar a universidade”, disse ela à revista *Nature*.